

ESTRATÉGIAS PARA FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



22ª Edição, 1º Trimestre de 2005

Análise e Estratégia da Dívida PPME

Propostas sobre o Alívio da Dívida e os Novos Financiamentos à Comissão para África	2
O Comité Directivo Concerta Quarta Fase	3
Consequências do Atraso do Ponto de Culminação dos Camarões	4
Experiências do Primeiro Workshop Latino-Americano de Formação de Formadores	5
Zâmbia: Considerações para Topping Up do Alívio no Ponto de Culminação	6
O Papel da Gestão dos Riscos na Estratégia da Dívida	7
Progressos da Iniciativa PPME e dos DERPs: Janeiro de 2005	8
Actividades do PFC PPME de Outubro de 2004 a Março de 2005	10
Perguntas Técnicas sobre Alívio da Dívida	16

Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Lançamentos do PFC CPE na Região do CEMLA	12
O Uganda Alcança Capacidade do Grupo A	13
Por Quê Estudar as Percepções dos Investidores?	14

PROPOSTAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA E OS NOVOS FINANCIAMENTOS À COMISSÃO PARA ÁFRICA

Na segunda metade de 2004, a *Debt Relief International* foi contratada pela Comissão para África, criada pelo Governo britânico para promover o desenvolvimento acelerado de África durante a Presidência do Reino Unido do G8 em 2005, para escrever três estudos sobre alívio e sustentabilidade da dívida, melhoria da eficácia de novos fluxos de ajuda e protecção das economias africanas contra choques exógenos. Este artigo apresenta as principais conclusões destes estudos¹.

1. ALÍVIO E SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Este relatório avalia como o alívio da dívida e a sustentabilidade da dívida podem dar uma maior contribuição para o financiamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Analisa o perfil e a sustentabilidade da dívida de África, assim como recentes iniciativas de alívio da dívida e constata que, apesar dos recentes progressos, a sustentabilidade da dívida externa dos países africanos se mantém altamente precária, se não ilusória. O relatório constata que em princípio o alívio da dívida figura entre os tipos mais vantajosos de financiamento do desenvolvimento externo, a forma em que o alívio está actualmente a ser entregue está a reduzir a sua vantagem, assim como a afastar a ajuda de outros países de baixa renda. Como resultado, os mecanismos para alívio da dívida precisam de ser fundamentalmente reformados e completados por um grande volume de nova ajuda, financiamento privado e acesso comercial, para assegurar um financiamento equilibrado dos ODMs para todos os países africanos e em desenvolvimento. O relatório recomenda várias acções:

- Anulação em 100% de todo o serviço da dívida para todos os PPMEs e outros países de baixa renda gravemente endividados até ao ano 2015;
- Alívio a toda a dívida 'perigosa' a credores bilaterais e comerciais não-OCDE, que não estejam a participar na Iniciativa PPME, e que constitua um objecto para os credores fazerem fortunas através de processos judiciais;
- Uma isenção durante 10 anos de pagamento do serviço para países de renda média assolados pela dívida;
- Maior apoio ao orçamento para países menos endividados;
- Assegurar a adicionalidade do financiamento, usando recursos multilaterais disponíveis, especialmente ouro do FMI e DES;
- Estabelecer um mecanismo para assegurar que todos os países africanos e em desenvolvimento estejam a receber afectações de fundos equilibradas para alcançar os ODMs;
- Formular um quadro mais abrangente e

adequado para avaliar a sustentabilidade da dívida de longo prazo em países em desenvolvimento; e

- Aumentar os programas para fortalecer a capacidade técnica e a voz política para os africanos conduzirem a análise e a concepção de políticas da sua futura sustentabilidade da dívida.

2. EFICÁCIA DA AJUDA

A um nível internacional, os doadores/credores e os Governos africanos têm desenvolvido grandes esforços para melhorar quer a quantidade quer a qualidade do financiamento do desenvolvimento. Porém, existem perguntas quanto à eficácia destes esforços no sentido de elevar quer a quantidade quer a qualidade dos fluxos de assistência externa para Governos africanos. Sobretudo, apesar das recentes iniciativas de harmonização das práticas dos doadores e da parceria com base no DERP, não existe uma monitorização sistemática em todos os países receptores, ao nível dos países individuais, sobre se os doadores estão a cumprir as suas promessas relativas à qualidade da ajuda e ao apoio ao DERP, ou a comportar-se de forma consistente numa série de países africanos. Ainda mais importante, os países africanos não estão sistematicamente empoderados para conduzir eles próprios a monitorização da melhoria da qualidade da ajuda – os doadores ainda conduzem o processo na maioria dos países. Os esforços existentes para avaliar o desempenho dos doadores incidem principalmente em procedimentos ou são demasiado orientados pelos doadores. Como resultado, existe uma necessidade urgente de os Governos africanos tomarem a iniciativa no uso de uma metodologia que reflecta as suas necessidades. O PFC PPME tem ajudado os Governos PPME a avaliar a qualidade da ajuda que recebem como parte do processo de concepção de estratégias nacionais globais da dívida e de novos financiamentos (para a metodologia e os resultados ver 20ª Edição). O relatório apresenta recomendações para os doadores como um todo e para cada grande doador ou credor bilateral ou multilateral melhorar as suas políticas e os seus procedimentos, 17 passos para melhorar a qualidade e a eficácia da ajuda internacional, medidas para os Governos africanos definirem políticas claras de financiamento externo e melhorarem os procedimentos de absorção. Finalmente, acentua a necessidade urgente de os Governos africanos tomarem a iniciativa na implementação de um sistema de parceria e responsabilização mútuas, para que os doadores e credores adaptem a sua assistência às prioridades de África, quer ao nível do país quer ao nível regional/internacional, e sugiram como fazê-lo, para que África possa financiar e atingir os ODMs.

3. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

Este relatório examina como proteger África contra 'choques' (eventos fora do controlo dos Governos africanos) que poderiam interromper seriamente os seus progressos no sentido dos ODMs. Constatamos que os choques poderiam reduzir as taxas de crescimento de África em 50% durante os próximos 10 anos. Uma protecção eficaz contra choques seria por conseguinte um investimento que valeria muito a pena para o financiamento e as políticas internacionais. No entanto, os países africanos e o sistema financeiro internacional têm dedicado atenção insuficiente aos choques. O documento sugere cinco tipos de medidas:

- a) Melhorar a análise para impedir a ocorrência de choques através da melhoria da metodologia usada em projecções económicas de base e de previsões efectuadas com mais sucesso ou que permitam choques reais;
- b) Tomar medidas para impedir tipos de choques individuais, incluindo protecção contra calamidades naturais, melhoria da previsibilidade da ajuda, diversificação das fontes de receitas da exportação e de crescimento, racionalização do uso das importações, promoção das poupanças e do investimento internos, aumento das reservas para 6 meses de importações, manter os níveis da dívida baixos, maximização do "espaço fiscal" para combater choques e protecção directa dos pobres;
- c) Compensar ou contrabalançar choques individuais através da gestão dos riscos e de medidas de seguros e de ajustamentos a cargas da dívida;
- d) Tomar medidas abrangentes contra a vulnerabilidade global de África a choques, através da introdução de planos anti-choque abrangentes e reservas de contingência fiscal nos programas DERP, para permitir aos países combater choques ao mesmo tempo que avançam no sentido dos ODMs, e do ajustamento dos objectivos do programa PRGF a choques;
- e) O relatório termina recomendando um financiamento de contingência contra choques, que seja de desembolso mais rápido, maior, que tenha uma condicionalidade mais baixa e se baseie em donativos. Como os próprios Governos africanos PPME sugeriram, não existe melhor uso ou prioridade mais elevada para a ajuda adicional do que um financiamento de contingência imediato e de baixo custo.

¹ *A Comissão para África está a conduzir um processo consultivo amplo para conceber as suas recomendações, por isso não é claro se alguma destas recomendações será adoptada. O relatório da Comissão será produzido em Março de 2005.*

O COMITÉ DIRECTIVO CONCERTA QUARTA FASE DO PFC PPME



15º encontro do PFC PPME, Livingstone, Novembro de 2004

O 15º encontro do Comité Directivo do PFC PPME foi acolhido pelo Governo da Zâmbia e pelo MEFMI em Livingstone em fins de Novembro. Para além dos parceiros de implementação e dos doadores, também contou com a comparação de decisores PPME do Gana, da Guiana, de São Tomé e Príncipe e da Zâmbia. As sessões plenárias dos encontros discutiram os seguintes aspectos:

Revisão da Fase 3: a empresa ECORYS/NEI apresentou a revisão da fase 3 do PFC (ver caixa separada para principais conclusões). Ficou acordado que a revisão será publicada e amplamente distribuída.

Planos para a Fase 4: os membros do CD acordaram que haverá uma quarta fase do PFC com a duração de pelo menos 3 anos. Concertaram um processo para a preparação da fase 4 do PFC através de um processo consultivo que irá envolver gestores da dívida PPME, doadores existentes e potenciais doadores adicionais, parceiros de implementação e membros de organismos internacionais do Grupo Consultivo do PFC PPME. Este processo terá início em Janeiro e culminará com um acordo sobre um documento final por parte do Comité Directivo em Maio de 2005. A fase 4 terá início a 1 de Julho.

Encontros Ministeriais: ficou acordado que os futuros Encontros Ministeriais seriam realizados em conjunto com o Secretariado da Commonwealth e com outros organismos internacionais para reduzir exigências ao tempo dos Ministros PPME e aos fundos dos doadores.

Avaliação dos Progressos de Capacitação dos Países: os resultados mais recentes da avaliação indicaram um aumento para uma média de 3 de 5, registando-se o maior aumento na área central do PFC PPME de Análise da Estratégia da Dívida. Dois dos três objectivos do quadro lógico do PFC PPME para os progressos dos países já foram alcançados, sendo o terceiro provavelmente alcançado até Junho. Ficou acordado que a metodologia de avaliação seria revista para uso na fase 4.

Metodologia: ficou acordado que a metodologia do PFC precisa de ser actualizada para incorporar

a nova metodologia das IBWs de Análise da Sustentabilidade da Dívida de Longo Prazo, logo que esta for ultimada. Os parceiros também discutiram recentes avanços na metodologia do PFC de novos financiamentos, previsão macroeconómica e programação da redução da pobreza.

Ensino à Distância: ficou acordado que o ensino à distância deverá ser continuado na fase 4 e que os parceiros de implementação irão preparar um plano para o prolongamento.

Produtos de Informação: acordou-se um novo design e uma nova estrutura para um website conjunto do PFC PPME (ver pormenores na página 11) e operaram-se progressos substanciais no planeamento de publicações.

Aspectos Financeiros: ficou acordado que os parceiros encontrariam poupanças financeiras a partir de orçamentos a fim de financiar o processo de preparação do documento da fase 4.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA REVISÃO DA FASE 3 DO PFC PPME

A revisão da fase 3 do PFC PPME foi conduzida pela empresa ECORYS/NEI através de um processo completamente participativo, em que todas as partes interessadas no PFC foram consultadas. Conforme apresentado em Livingstone, as principais constatações da revisão foram que:

- Os PPMEs sentem que a formulação e implementação da estratégia da dívida constituem o aspecto-chave em gestão da dívida e por conseguinte o PFC é altamente relevante para as necessidades destes países;
- O PFC desempenhou um grande papel no fortalecimento da capacidade técnica e na ajuda aos países através do processo da Iniciativa PPME, mas um papel menor no desenvolvimento de instituições sustentáveis, colocando a gestão da dívida no centro de discussões sobre políticas macroeconómicas ou criando consciencialização à margem dos Governos;
- O PFC PPME é em grande medida orientado por pedidos e a metodologia é de alta qualidade, mas deverá continuar a ser actualizada para novos desenvolvimentos;

- O programa de ensino à distância é de alta qualidade, mas sofreu como resultado de atrasos no trabalho dos estudantes, sendo necessárias medidas para evitá-los no futuro;
- Quase 50% dos países que recebem assistência significativa do PFC estão a preparar estratégias nacionais da dívida, embora alguns ainda requeiram alguma assistência do PFC e de outras fontes;
- A descentralização da execução do PFC para organismos parceiros regionais (ORs) está a ser efectuada demasiado rapidamente e poderá não ser economicamente viável para todos os serviços do PFC;
- Os ORs requerem mais apoio técnico e financeiro durante uma quarta fase para assegurarem a descentralização na íntegra do programa e para passarem a ser centros de excelência sustentáveis;
- Os progressos no fortalecimento da capacidade dos próprios PPMEs para ministrar formação variam entre as regiões e poderão ser minados pela rotação dos quadros;
- Há necessidade de efectuar revisões independentes da qualidade dos resultados para além das auto-avaliações empreendidas pelos ORs e pelos PPMEs.

Os autores da revisão também notaram alguns problemas com os pormenores da implementação do programa e recomendaram o seguinte como melhorias para a fase 4:

- Clarificar mais as funções e os papéis dos ORs, do Gabinete Técnico, dos PPMEs e dos doadores na fase 4, especialmente no contexto da descentralização, com base num acordo mútuo de responsabilidades e responsabilização;
- Incidir o papel do Gabinete Técnico em produtos multi-regionais e noutras actividades requeridas pelos ORs;
- Conceber indicadores mais claros para descentralização e flexibilidade no seu ritmo, assim como indicadores mais claros para medir os ORs como 'centros de excelência';
- Tentar gradualmente descentralizar o apoio directo a todos os PPMEs (incluindo não-membros de ORs) para os ORs;
- Preparar o documento da fase 4 através de um processo de consultas transparentes a todas as partes interessadas;
- Adaptar as intervenções do PFC ainda mais às necessidades de regiões e países individuais à medida que estes progredem através e após a Iniciativa PPME, conforme previsto nos planos nacionais de fortalecimento de capacidades resultantes de missões institucionais;
- Melhorar o teor e a natureza 'conjunta' do website e alargar a distribuição dos boletins informativos e das publicações;
- Envolver o PFC de forma mais estreita nos Programas Individuais dos ORs;
- Conferir prioridade a missões de fortalecimento de capacidades e apoio institucional aos países e à formação de formadores, a formação regional e a outros serviços;
- Promover poupanças de custos e aumentar a repartição de custos pelos próprios PPMEs.

CONSEQUÊNCIAS DO ATRASO DO PONTO DE CULMINAÇÃO DOS CAMARÕES¹



Em Outubro de 2000, os Camarões foram declarados elegíveis para beneficiar de recursos ao abrigo da Iniciativa PPME Reforçada. No âmbito desta iniciativa, os Camarões iriam beneficiar de alívio da dívida externa avaliado em US\$1,260 milhões em VAL e cerca de US\$2,000 milhões em valor nominal durante um período de pelo menos 20 anos.

Esta assistência PPME seria prestada em duas fases, com US\$305 milhões em valor nominal durante o período interino, situado entre Outubro de 2000 e Março de 2003, e o restante no ponto de culminação. O montante de assistência PPME seria transferido para uma conta PPME especial, aberta no Banco Central, para ser usado para financiar o programa de redução da pobreza.

Por uma série de razões, nomeadamente a execução insuficiente do programa acordado com as Instituições de Bretton Woods, os Camarões não alcançaram o ponto de culminação em Março de 2003. Esta situação teve muitas consequências diversas para o país resultantes das reacções dos seus diversos credores.

1. Credores multilaterais: a assistência esperada destes credores era de US\$125 milhões em valor nominal. Durante o período interino foram efectivamente fornecidos US\$102 milhões. O Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento suspenderam a sua assistência PPME em Abril de 2003 e Setembro de 2003 respectivamente, tornando deste modo toda a dívida vencida pagável após estas duas datas. O FMI continuou a conceder assistência aos Camarões até Dezembro de 2004 em apoio do programa PRGF. Além disso, os Camarões continuaram a beneficiar da assistência do Banco Europeu de Investimento, graças a uma redução no serviço da dívida, e do Fundo OPEP, através do reescalonamento durante um período mais longo do serviço a vencer-se dos dois empréstimos actualmente a ser desembolsados, tomando em conta o facto de já não haver datas de vencimento das dívidas mais antigas.

2. Credores do Clube de Paris: estes credores prolongaram o período de consolidação do serviço da dívida até 20 de Dezembro de 2004 (no total um período de consolidação de 48 meses), com uma anulação em VAL situada entre 90% e 100% da dívida. Esta operação significou

que se obteve um maior alívio PPME interino do que tinha sido planeado.

3. Credores Não-Membros do Clube de Paris: para estes credores, alcançar o ponto de culminação irá permitir-lhes encetar negociações firmes com vista a obter o alívio esperado, dependendo dos mecanismos acordados com cada um deles.

4. Credores comerciais: a dívida comercial consistia na íntegra em atrasados aquando do ponto de decisão PPME. O país recebeu tratamento comparável às Condições de Colónia para a recompra desta dívida a 14.5% do seu valor facial.

Conforme a tabela 1 mostra, o atraso do ponto de culminação ao abrigo da Iniciativa PPME implicou para os Camarões uma perda de US\$285 milhões em valor nominal até ao fim de Dezembro de 2004.

Contudo, a tabela também indica que os efeitos do atraso do ponto de culminação diferem dependendo da categoria de credor e do tipo de dívida em jogo. Efectivamente:

- Relativamente aos credores do Clube de Paris, não estar no ponto de culminação é

culminação (US\$193 milhões) foram pagas à França e não serão reembolsadas;

- Relativamente aos credores multilaterais, o atraso do ponto de culminação implica défices maciços para o Tesouro Público. Embora se recuperem as perdas a partir do novo ponto de culminação, esta assistência chegará durante um período mais longo do que inicialmente planeado (após 2015);
- Finalmente, mantém-se uma incerteza quanto às dívidas a partir das quais se tinha calculado a assistência PPME e que atingirão a data de vencimento antes do novo ponto de culminação. Efectivamente, devido aos montantes reembolsados desde o ponto de decisão, o valor actualizado de algumas dívidas multilaterais será inferior ao montante da assistência prevista destes credores de acordo com os cálculos efectuados no ponto de decisão.

Como resultado das negociações encetadas com as Instituições de Bretton Woods em fins de 2004, os Camarões poderiam acordar um programa monitorado pelo Fundo para cobrir a primeira metade de 2005. A execução correcta deste programa permitir-lhe-ia a execução de um PRGF para a segunda metade de 2005. No melhor dos casos, o ponto de culminação ocorrerá em fins de Dezembro de 2005, mas não antes.

Tabela 1 – Diferença entre o alívio da dívida prometido e o alívio da dívida efectivamente desembolsado (em milhões de US\$)

Credores	Período interino (Out. 2000- Março 2003)	2003 (efectivo)	2004 (efectivo)	2005 (previsão)
1 – Assistência total prevista	335	149	205	209
da qual PPME	305	49	83	77
não-PPME	30	100	122	132
2 – Assistência total recebida	312	33	59	33
da qual PPME	282	18	45	33
não-PPME	30	15	14	...
3 – Défice a financiar (3 = 2 – 1) (como % das receitas orçamentais)	- 23	- 116 (- 5,1 %)	- 146 (-6,6%)	- 176 (-7,1%)
3.1 Total PPME	- 23	- 30	- 38	- 43
3.2 Não-PPME adicional (incl. C2D)	...	- 85	- 108	- 132

Fonte: Documento do ponto de decisão PPME, CAA Cameroun

uma vantagem em termos de alívio interino, desde que o país se mantenha no programa com as Instituições de Bretton Woods;

- Este ganhos são, no entanto, insignificantes quando comparados com as perdas na mobilização de alívio não-PPME, principalmente a não entrada em vigor do Contrat de désendettement et de développement (C2D, Contrato para Alívio da Dívida e Desenvolvimento). Grandes quantias da dívida a vencer-se após o ponto de

Nesse caso, a perda sofrida pelos Camarões iria perfazer um total de US\$437 milhões para o período de Abril de 2003 – Dezembro de 2005, dos quais US\$176 milhões seriam só para 2005. Isto representa em média 6.3% das receitas orçamentais e limitará a capacidade dos Camarões de levar a cabo o seu programa de redução da pobreza.

¹ Por Du Prince TCHAKOTE NOUMBISSI, Fundo de Amortização dos Camarões (CAA Cameroun).

EXPERIÊNCIAS DO PRIMEIRO WORKSHOP LATINO-AMERICANO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES



O primeiro Workshop Latino-Americano de Formação de Formadores (FF) de estratégia da dívida e de novos financiamentos realizou-se na Cidade do México de 11 a 21 de Outubro de 2004. As nações participantes incluíram a Bolívia, as Honduras e a Nicarágua, assim como países observadores não-PPME tais como a Argentina e a Guatemala.

Este *workshop* tinha por objectivo desenvolver as técnicas de formação de peritos dos PPMEs na região, através da consolidação de uma equipa capaz de formar outros funcionários públicos locais e regionais, capacitando-os deste modo para desempenharem as funções de facilitadores e prestarem apoio em futuros eventos organizados no âmbito do Programa de Fortalecimento de Capacidades (PFC).

Os participantes eram provenientes de ministérios das Finanças, bancos centrais e outras agências envolvidas na redução da pobreza. A selecção baseou-se no seu desempenho em eventos anteriores, determinado por avaliações dos participantes pós-workshop empreendidas pelos facilitadores, concebidas para avaliar o desempenho de cada grupo técnico participante durante eventos do PFC.

METODOLOGIA DO WORKSHOP

O evento foi estruturado à volta do Guia de FF, que descreve as tarefas técnicas necessárias para formar os participantes. Também se usou um manual genérico de *workshops* nacionais para efeitos de referência, baseado no estudo de caso da Bolívia.

O *workshop* começou com apresentações dos objectivos e da estrutura do *workshop* como também com a descrição da metodologia do PFC usada para a análise da sustentabilidade da dívida e de novos financiamentos. A fase seguinte envolveu uma série de tarefas realizadas por cada grupo técnico. Isto incluiu uma série de *role-plays*, nos quais diferentes participantes assumiam diariamente o papel de facilitador para o seu grupo.

As sessões de formação prática foram combinadas com apresentações efectuadas pelos formadores sobre as diferentes tarefas envolvidas na organização

de um *workshop*, quer antes quer durante o evento, e incluíram elementos específicos às sessões de abertura de um *workshop*. Além disso, fizeram-se demonstrações práticas de boas e más apresentações, da preparação e presidência de sessões plenárias, assim como de formas de analisar o fortalecimento de capacidades, combinar cenários óptimos, organizar grupos a fim de formular o relatório final do *workshop* e apresentar os resultados às autoridades. Do mesmo modo, quer os facilitadores quer os participantes conduziram sessões práticas sobre o uso de Debt-Pro®, concebido para garantir que futuros formadores que façam parte dos grupos técnicos tenham um conhecimento activo desta ferramenta de simulação.

Finalmente, outro aspecto importante do *workshop* incluiu reuniões diárias dos facilitadores, durante as quais os participantes se revezaram para representar o seu grupo.

RESULTADOS DO WORKSHOP

Os objectivos do *workshop* foram completados com sucesso, permitindo a troca de experiências e melhores práticas entre os países participantes. Este sucesso encontra-se claramente reflectido na avaliação dos eventos, em que 97% dos participantes declararam que tinham achado o *workshop* útil.

Um dos resultados-chave do *workshop* foi que cada grupo técnico teceu comentários pormenorizados com vista a melhorar a metodologia do PFC, com base na experiência de cada participante como facilitador:

- A inclusão de certas tarefas, particularmente das relacionadas com a base de dados da dívida e com dados macroeconómicos e da pobreza como parte das actividades preparatórias do *workshop*, deixando assim mais tempo para ser despendido na análise efectiva durante o *workshop*. Do mesmo modo, uma apresentação inicial poderia ser usada para prestar a cada participante informações gerais relativas ao teor da base de dados e a projecções de base macroeconómicas e da redução da pobreza.
- A criação de glossários pormenorizados que cubram a terminologia harmonizada usada por cada grupo técnico e nas tabelas do manual.
- A incorporação de melhorias a Debt-Pro®,

incluindo a combinação de cenários macro e da pobreza, assim como a incorporação de funções específicas para a simulação de cenários da dívida interna.

- A criação de uma metodologia para determinar relações custo-impacto para suportar a análise das despesas para redução da pobreza.
- A ministração de formação adicional em Debt-Pro® antes do *workshop* para dar mais tempo para conceber cenários e reduzir o montante de tempo despendido na introdução de dados.
- Os *workshops* nacionais estandardizados poderiam incluir a presença de um membro de cada grupo técnico na reunião diária dos facilitadores.

Além disso, as delegações nacionais reuniram-se para analisar e avaliar a sua capacidade de gestão da dívida. Chegou-se a um conjunto de conclusões de grande valor relativas a futuros passos no sentido dos progressos operados na análise da dívida e em estratégias de novos financiamentos. O que é importante, estas incluíram acções a tomar pela Bolívia a fim de actualizar e implementar a sua estratégia da dívida e de novos financiamentos, enquanto as Honduras e a Nicarágua lançaram os alicerces para a organização de *workshops* nacionais marcados para o primeiro trimestre de 2005. Esses eventos serão de importância primordial para ambos os países, dado que as Honduras se encontram prestes a alcançar o seu ponto de culminação e a Nicarágua está actualmente empenhada na definição de uma estratégia da dívida baseada na sua Lei dos Empréstimos Públicos recentemente aprovada.

As delegações PPME também destacaram a importância de consolidar as suas respectivas equipas nacionais a fim de garantir uma coordenação inter-institucional para conceber e implementar a estratégia.

Os países observadores expressaram a sua satisfação quanto aos resultados obtidos no *workshop*, que, na sua opinião, excederam de longe as expectativas iniciais. O representante da Guatemala também sublinhou a necessidade de se conceber uma estratégia nacional para o seu país e a viabilidade prática desta metodologia neste sentido.

Em suma, o evento revelou ser altamente produtivo: os participantes obtiveram uma percepção de grande valor das técnicas necessárias da parte dos formadores e a avaliação do *workshop* identificou potenciais facilitadores para futuros eventos em todas as áreas. O evento reforçou a formação ministrada aos formadores, cujos número praticamente triplicou nos últimos dois anos, subindo de 11 para 30 peritos, que se encontram agora em posição de desempenhar as funções de facilitadores. Além disso, foram identificados mais 14 funcionários como potenciais candidatos para serem formados como formadores em 2005.

ZÂMBIA: CONSIDERAÇÕES PARA TOPPING UP DO ALÍVIO NO PONTO DE CULMINAÇÃO

A Iniciativa PPME Reforçada permite topping up excepcional do alívio da dívida, se o agravamento se dever a factores exógenos que conduzam a uma mudança fundamental nas circunstâncias económicas do país. Alívio da dívida adicional poderá então ser fornecido para diminuir o rácio VA da dívida para exportações para 150% após o ponto de culminação. Aquando do ponto de decisão da Zâmbia, o seu rácio VA para exportações no ponto de culminação previsto para fins de Dezembro de 2003 estava projectado para ser de 161%.

Os principais factores que podem levar a que os países, incluindo a Zâmbia, tenham um VA/exportações mais elevado do que previsto no seu ponto de culminação efectivo são:

- Novos financiamentos externos mais elevados do que previsto resultando num stock da dívida mais elevado;
- Exportações mais baixas do que previsto devido a mudanças nos preços das mercadorias ou a factores ambientais tais como cheias ou seca resultando em volumes de exportação mais baixos;
- Variação imprevista nos parâmetros usados para calcular o valor actualizado da dívida (taxas de juro e taxas de câmbio TJCR) entre os pontos de decisão e de culminação.

Estes factores são analisados abaixo.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Aquando do ponto de decisão da Zâmbia havia novos desembolsos projectados para perfazerem um total de US\$1.6 mil milhões entre fins de 1999 e fins de 2003, resultando num aumento de US\$724 milhões do VA da dívida. Pressupunha-se que estes novos financiamentos teriam um elemento de donativo médio de 55%. Porém, a Zâmbia recebeu 35% menos em desembolsos (US\$547 milhões) do que previsto e por isso o seu stock da dívida no ponto de culminação era inferior ao inicialmente projectado. Por isso, o aumento dos novos financiamentos entre os pontos de decisão e de culminação foi totalmente previsto e incorporado nas projecções no ponto de decisão, não constituindo por esse motivo um factor no aumento do rácio VA da dívida para exportações.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

As directivas da Iniciativa PPME estipulam que uma



média trienal (média do ano de referência mais os dois anos precedentes) tem de ser usada no cálculo do rácio VA da dívida para exportações. Para a Zâmbia a média trienal para 2001-2003 foi projectada para ser de US\$1,4 mil milhões no documento do ponto de decisão. Porém, prevê-se que o rendimento efectivo para as exportações seja 19% mais baixo porque as projecções das exportações efectuadas no ponto de decisão pressupunham um crescimento mais elevado quer das exportações de metais quer das não-metals do que o ocorrido.

VARIÁVEIS PARA O CÁLCULO DO VALOR ACTUALIZADO DA DÍVIDA

A variação das *taxas de desconto* usadas no cálculo do valor actualizado pode ter um impacto importante no nível do rácio VA da dívida para exportações. Um aumento (ou uma redução) das taxas TJCR resultará num VA mais baixo (ou mais elevado) da dívida externa de um país.

A tendência para a baixa das taxas TJCR entre os pontos de decisão e de culminação teve um impacto negativo no valor actualizado da dívida externa da Zâmbia. As taxas de desconto das cinco moedas principais, que representam 90% do *portfolio* total, diminuíram resultando num aumento do VA da dívida externa do país. A TJCR para os DES diminuiu de 5.6% no Ponto de Decisão para 4.2%, quando esta moeda representa agora 47.1% da dívida externa total do país, comparados com 35.4% em 1999. Do mesmo modo, as taxas TJCR para todas as outras moedas principais dos financiamentos da Zâmbia também diminuíram, resultando num valor actualizado mais elevado.

As taxas de juro dos países industrializados encontram-se fora do controlo das autoridades zambianas. Se a baixa significativa nas taxas de juro

reflecte uma inflação inferior à prevista nos países OCDE, os futuros preços previstos das exportações de mercadorias para a Zâmbia serão inferiores e a futura capacidade para efectuar o serviço da dívida a estes países baixará consequentemente. Como tal, uma baixa nas taxas de juro nominais aumentaria o rácio VA da dívida para exportações.

A variação das *taxas de câmbio* também teve um impacto negativo no valor actualizado da dívida externa. A depreciação do US dólar face às outras grandes moedas, tais como DES, Euro e Libra Esterlina, levou a um aumento do valor actualizado global (e do rácio VA da dívida para exportações) quando o valor actualizado da dívida denominada noutra moeda é traduzido em US dólares. O efeito é significativo, dado que mais de 65% das receitas da exportação da Zâmbia são em US dólares, enquanto 78% do *portfolio* da dívida da Zâmbia são denominados em outras moedas que não o US dólar implicando um risco cambial significativo para a Zâmbia.

A variação da taxa de câmbio reduz a capacidade do serviço da dívida do país, visto que as receitas da exportação se mantêm constantes em termos de dólares, ao passo que os pagamentos do serviço da dívida aumentam devido à apreciação da maioria das moedas face ao US dólar. Por outras palavras, a Zâmbia tem de gastar mais dólares para efectuar o serviço da sua dívida não denominada em dólares.

A revisão da dívida externa da Zâmbia mostra que as variações das taxas de desconto e de câmbio e a evolução das exportações não estão sob o controlo das autoridades zambianas, mas afectaram de forma negativa as circunstâncias económicas para tornar a Zâmbia potencialmente elegível para *topping up* da assistência da Iniciativa PPME Reforçada.

O PAPEL DA GESTÃO DOS RISCOS NA ESTRATÉGIA DA DÍVIDA



INTRODUÇÃO

Um grande ensinamento retirado de crises nacionais da dívida foi a necessidade de os governos gerirem o risco no seu *portfolio* da dívida, para obterem uma saída permanente do reescalonamento, e de um crescimento forte. Este artigo explica como usar estas técnicas para proteger um país de mudanças imprevistas em taxas de câmbio, taxas de juro e preços de mercadorias, que agravam a carga da dívida.

ASPECTOS CONCEPTUAIS

Risco é a volatilidade dos custos do serviço da dívida relativamente ao orçamento. Resulta da possibilidade de custos efectivos do serviço da dívida excederem o valor previsto. Gestão dos riscos refere-se à monitorização e avaliação cuidadosas dos riscos inerentes à estrutura da dívida pública, e à mitigação destes riscos na medida do possível através da modificação da estrutura da dívida, tomando em conta o custo potencial.

No decurso da execução das suas funções, um gestor da dívida enfrenta tipicamente os seguintes riscos, com intensidade variável dependendo da estrutura e composição da dívida e do ambiente económico para gestão da dívida: risco de mercado (composto por sua vez de risco de taxa de juro, risco cambial e risco do preço das mercadorias); risco de rolamento ou de refinanciamento; risco de liquidez; risco de crédito; risco operacional; e risco de liquidação.

Para PPMEs, os riscos mais relevantes serão provavelmente os riscos de mercado, de rolamento e de liquidez.

INDICADORES DO RISCO DE MERCADO

1. Risco Cambial

A volatilidade cambial passou a constituir um problema para os países devedores após o fim do sistema de Bretton Woods em 1973, quando as principais moedas começaram a flutuar em valor face umas às outras. Para todos os países devedores, aos quais os dados da dívida externa estavam disponíveis através do Sistema de Prestação de Contas do Banco Mundial em fins de 2002, 38% do stock da dívida consistia em moedas não-dólar, das quais o Euro é a mais importante. Consequentemente, o serviço da dívida em termos de dólares é altamente sensível a taxas de câmbio cruzadas, como muitos PPMEs já descobriram, visto que as suas cargas da dívida denominadas em dólares aumentaram vertiginosamente nos últimos dois anos.

2. Riscos de Taxa de Juro

As flutuações das taxas de juro, conforme demonstradas pela LIBOR de seis meses, têm sido

descontroladas. Taxas de juro elevadas de fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 contribuíram de forma substancial para os problemas de gestão da dívida de países que tinham créditos de valor flutuante junto de bancos comerciais. Porém, este aspecto é muito menos importante para PPMEs que tenham pouca dívida com taxa flutuante, visto que a maior parte da sua dívida comercial já foi extinta.

3. Riscos do Preço das Mercadorias

As flutuações nos preços das mercadorias figuram actualmente entre os maiores riscos para muitos países em desenvolvimento (incluindo os países na região do WAIFEM), que dependem da exportação de produtos de base para a maior parte das suas receitas cambiais e dependem das importações de petróleo ou de bens alimentares. As flutuações nos produtos de base têm constituído uma fonte de instabilidade persistente para os países em desenvolvimento. Existem, porém, outros riscos vitais, tais como a volatilidade da ajuda ou dos fluxos de capitais privados, e calamidades naturais, que precisam de ser tomados em conta para uma análise abrangente dos riscos macroeconómicos.

RISCO DE ROLAMENTO OU DE REFINANCIAMENTO

O risco de rolamento refere-se à probabilidade de o gestor da dívida não ser capaz de obter novos financiamentos à medida que a dívida atinge a sua data de vencimento ou de obtê-los apenas a um custo excepcionalmente elevado. Este risco é normalmente medido como o montante a refinar durante um dado período relativo aos fluxos fiscais (orçamento) ou como 'défice financeiro' ao PIB ou à BP, se a dívida não puder ser rodada. O risco de rolamento é tipicamente gerido através:

- do estabelecimento de um limite ao vencimento da dívida em um ano; e
- do prolongamento dos vencimentos e da suavização de emissão de nova dívida.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez resulta do facto de os activos terem vencimentos mais longos, ou serem menos líquidos, do que a dívida e implica que os activos não são suficientemente líquidos para efectuar o serviço da dívida. O risco de liquidez tem sido gerido através:

- do prolongamento do vencimento da dívida;
- do aumento dos activos líquidos em moedas estrangeiras ou outras reservas em dinheiro; e
- da detenção de um *portfolio* de activos líquidos para cobrir um mínimo de futuras necessidades de financiamento.

TÉCNICAS DE GESTÃO DOS RISCOS

Pode-se notar a partir da análise precedente que grande parte da gestão dos riscos tem sido tipicamente conduzida por outros meios que não os

instrumentos de mercado. Os credores impingiram os riscos de taxas de juro aos devedores substituindo contratos de taxas fixas por taxas variáveis. O risco cambial foi coberto em mercados a prazo, mas isto só se aplicou a contratos de curto prazo. As flutuações de alguns preços de mercadorias foram contrariadas confiando-se em mecanismos concebidos para suavizar as flutuações dos preços. Isto incluiu tentativas de estabilizar os preços das mercadorias internacionais através de acordos entre os países sobre a produção e distribuição de certas mercadorias, da garantia de financiamento compensatório face às consequências das mudanças nos preços, etc.. O risco de rolamento tem sido tratado de um modo geral através do estabelecimento de um limite ao vencimento da dívida ou do prolongamento dos vencimentos e da suavização de emissão de nova dívida. Técnicas semelhantes às técnicas para o risco de rolamento tinham sido aplicadas para tratar do risco de liquidez. No entanto, as técnicas tradicionais de gestão dos riscos destacadas acima não tiveram sucesso. Como resultado, houve grandes ajustamentos ex-post a grandes flutuações dos preços, que se reflectiram em não pagamento e subsequente reescalonamento da dívida.

Recentemente o Banco Mundial desenvolveu um modelo de Gestão de Activos e Passivos Públicos (ALM) como uma ferramenta eficaz de gestão dos riscos. Ao abrigo deste modelo, os activos e passivos públicos são harmonizados com o objectivo de reduzir o risco global para o governo. A dívida é insustentável quando futuros custos do serviço da dívida (passivos) ultrapassam a capacidade dos governos de aumentar os impostos (activos). A análise dos riscos é vital para calcular a probabilidade de não efectuar os pagamentos da dívida a tempo.

CONCLUSÃO

A análise dos riscos deverá ser uma ferramenta importante disponível a um gestor da dívida que procure a gestão eficaz da dívida do país. Promove perspectivas de pagamento atempado das obrigações do serviço da dívida e saída numa fase inicial do reescalonamento da dívida. Em consideração à importância da gestão dos riscos para a gestão da dívida, o WAIFEM (assim como os outros parceiros regionais do PFC) organizou com o Banco Mundial *Workshops* Regionais sobre a Modelação dos Riscos para um *Portfolio* de Passivos Soberanos, que foram saudados pelos participantes, que solicitaram uma formação específica dos seus países para aprofundarem os seus conhecimentos e a sua competência.

PROGRESSOS DA INICIATIVA PPME E DOS DERPs: JANEIRO DE 2005

Países	Datas PPME II		Datas DERP		Iniciativa PPME
	Decisão	Culminação	Interina	Final	Participação dos Credores
Angola	nenhum calendário actual		2005	...	ND
Benim	7/00	3/03	7/00	3/03	99%
Bolívia	2/00	6/01	2/00	6/01	95%
Burkina Faso	7/00	3/02	5/00	7/00	76%
Burundi	2T2005	2T2006	1/04	2T2005	ND
Camarões	10/00	4T2005	10/00	7/03	98%
Rep. Centro-Africana	1/01	2T2005	ND
Chade	5/01	3T2005	7/00	7/03	93%
Comores	2005	...	2005	...	ND
Congo, Rep. Dem. Do	7/03	3T2006	6/02	3T2005	93%
Congo, Rep. Do	2005	...	12/04	...	ND
Costa do Marfim	2005	...	3/02	...	ND
Etiópia	11/01	4/04	3/01	9/02	92%
Gâmbia	12/00	1T2006	12/00	7/02	81%
Gana	2/02	7/04	8/00	4/03	90%
Guiné	12/00	1T2006	12/00	7/02	85%
Guiné-Bissau	12/00	1T2006	12/00	1T2005	81%
Guiana	11/00	12/03	11/00	9/02	81%
Honduras	7/00	1T2005	7/00	10/01	93%
Laos, RPD	nenhum calendário actual		4/01	12/04	ND
Lémen	6/00	...	2/01	8/02	ND
Libéria	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Madagáscar	12/00	10/04	12/00	11/03	91%
Malawi	12/00	4T2005	12/00	8/02	97%
Mali	9/00	3/03	9/00	3/03	85%
Mauritânia	2/00	6/02	ND	1/01	90%
Moçambique	4/00	9/01	4/00	9/01	88%
Myanmar	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Nicarágua	12/00	1/04	12/00	9/01	87%
Níger	12/00	4/04	12/00	2/02	86%
Quénia	ASD Nov. 2003		8/00	2/04	ND
Ruanda	12/00	1T2005	12/00	8/02	95%
São Tomé e Príncipe	12/00	1T2006	4/00	1T2005	85%
Senegal	6/00	4/04	6/00	12/02	81%
Serra Leoa	3/02	1Q2006	9/01	1T2005	84%
Somália	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Sudão	nenhum calendário actual		ND
Tanzânia	4/00	11/01	3/00	12/00	90%
Togo	ND
Uganda	2/00	5/00	ND	5/00	96%
Vietname	ASD 2002		4/01	6/02	ND
Zâmbia	12/00	2T2005	7/00	5/02	97%

Fontes:
Governos PPME
FMI e Banco Mundial

As datas para os pontos de decisão e de culminação PPME e para os DERPs são as da aprovação final dos Conselhos Executivos das IBWs. A maioria dos Governos publicou DERPs vários meses antes da aprovação por parte das IBWs.

O Burundi foi o país que passou mais recentemente a ser elegível para alívio PPME na sequência da aprovação do seu Documento Preliminar por parte dos Conselhos Executivos das IBWs. Um DERP-I (Congo, Rep), e um DERP Final (Laos) foram aprovados no mês Dezembro.

Aspectos-Chave do Alívio da Dívida e de Novos Financiamentos	Aspectos Macroeconómicos Chave de Redução da Pobreza
A ASD do PFC PPME indica rácios inferiores aos limiares PPME	Discussões para novo PMF em curso
A maioria dos credores fornece alívio, insustentável devido a novo endividamento	Novo PRGF a negociar. Relatório de progressos do DERP previsto para breve
Dívida insustentável após novo endividamento; carga fiscal da dívida onerosa	Relatório de progressos do DERP ultimado. Acordo standby de 2003 a ser implementado, 4ª revisão concluída. Novo PRGF previsto para 2005
Primeiro a receber alívio adicional no PC, grande novo endividamento permitido	Revisão do PRGF aprovada em Abril de 2004. DERP no trilho: 5º CARP revisto e adoptado pelo Parlamento em Junho de 2004
Documento PPME preliminar apresentado aos Conselhos das IBWs em Jan de 2005, ponto de decisão previsto para Maio	1ª revisão do PRGF concluída
79% de recompras da AID da dívida comercial, 2 processos. Período de consolidação do Clube de Paris prolongado até Dez. 2004	Fora do trilho com o FMI desde 30 de Agosto de 2004. PMF a ser negociado
Instabilidade política adia calendário PPME, acumulação de atrasados multilaterais	Programa de assistência de emergência pós-conflito aprovado pelo FMI em Julho de 2004. DERP final atrasado devido a instabilidade
10 credores não-Clube de Paris não fornecem alívio, atraso do PC	Novo PRGF negociado em fins de Outubro a remeter ao Conselho do FMI em fins de Janeiro. Prevista revisão do DERP
Carga da dívida elevada. Calendário PPME ainda incerto	Novo PMF aguardando medidas económicas adicionais. DERP-I validado pelo Governo a ser revisto
O FMI concede US\$1.7m de assistência interina adicional (Jul.04)	PRGF no trilho. DERP final previsto para breve
Condições de Nápoles do CP	PRGF trienal concedido em Dez. DERP-I aprovado
PD atrasado devido a conflito civil. Banco Mundial suspendeu desembolsos	Fora do trilho com o FMI. DERP atrasado
Topping up de \$707m no PC aprovado	Bom desempenho do PRGF, apesar de choques exógenos
O alívio interino do FMI caducou, 2ª tranche do alívio do Clube de Paris não implementada	PRGF fora do trilho, PMF até Dez. 04. Apoio dos doadores ao orçamento suspenso
Condições de Colónia do CP ao stock. Participação de alguns credores não-Clube de Paris e comerciais continua a constituir um problema	Estabelecido programa multi-doadores de apoio ao orçamento. Relatório de progressos do DERP ultimado e avaliação dos quadros das IBWs publicada em Junho de 04
Alívio interino do FMI, BAD, CP suspenso	PMF ainda em negociação. Relatório de progressos do DERP avaliado pelas IBWs
O FMI e o Clube de Paris suspenderam o alívio	Actualmente a negociar novo PRGF
Condições de Colónia do CP acordadas; processo comercial retirado	Relatório de progressos do DERP concluído. PRGF no trilho
O alívio interino expirou. Reescalamento de atrasados e serviço vencido do CP. Sustentabilidade da dívida prevista no PC	Revisão do DERP planeada para 1ºT2005
A ASD indica possível elegibilidade PPME. O PD poderia ser alcançado rapidamente, se o Governo se decidir a participar na Iniciativa PPME	4ª revisão do PRGF concluída. DERP final aprovado pelas IBWs
Rácios inferiores aos limiares PPME, portanto tratamento de Nápoles do Clube de Paris ao stock	PRGF no trilho
Stock da dívida estimado em \$3 mil milhões (600% do PIB), quase todo em atrasados	Apoio dos doadores para reconstrução. Solicitada liquidação de atrasados
Após PC, rácios fiscais insustentáveis	No trilho com o PRGF, programa prolongado até Março de 2005. 1º Relatório de progressos do DERP ultimado e 1º CARP aprovado pelo Banco Mundial
Alívio interino do FMI e do BAD exaurido. Acordo do Clube de Paris expira em Dez 2004	PMF acordado até Junho de 2005
Dificuldades com credores não-CP, comerciais	1º Relatório de progressos do DERP ultimado e avaliação dos quadros das IBWs publicada em Maio 04. Choques devido a seca e à Costa do Marfim
Nenhum alívio de alguns credores não-Clube de Paris (Argélia, Kuwait, FKDEA)	Novo PRGF aprovado em Julho. Relatório de progressos do DERP previsto para breve
Actualmente a negociar com credores não-Clube de Paris. Processos judiciais	PRGF a ser implementado. DERP no trilho
Nenhum crédito do BM desde 1987. Provavelmente insustentável	Nenhum programa do FMI desde 1981-82
PC alcançado em Janeiro de 2004	2º relatório de progressos do DERP ultimado. PRGF a ser implementado
Topping up de \$142.5m no PC aprovado. Nenhum acordo com credores não-Clube de Paris. Taiwan ganhou processo	PRGF no trilho. Revisão do DERP prevista para breve
A ASD indica rácios inferiores aos limiares PPME. Alívio nas Condições de Houston do CP	1ª revisão do PRGF concluída. Relatório de progressos do DERP previsto para breve
Possível topping up necessário no PC	Avaliação conjunta dos quadros do relatório de progressos do DERP aprovada. PRGF no trilho
A esgotar alívio do FAD. Atraso do PC	A negociar um novo PRGF. DERP final aguardando aprovação das IBWs
PC alcançado. Acordo de Colónia ao stock assinado com o Clube de Paris	No trilho com o PRGF. Relatório de progressos do DERP concluído
Processo comerciais de US\$35m. A esgotar alívio da dívida interino do FAD. PC previsto para Jan de 2006	PRGF no trilho. DERP final agora previsto para Jan de 2005
A acumular grandes atrasados a credores. Nenhum crédito do Banco Mundial desde 1991	Nenhum programa actual do FMI devido à falta de um Governo reconhecido
Possível grupo de apoio dos doadores deverá liquidar atrasados multilaterais	DERP-I quase concluído. PMF no trilho
A Índia anulou toda a dívida APD	2ª revisão do PRGF concluída. Novo DERP previsto para breve
Nenhuma perspectiva actual de alívio da dívida	O empenho não foi retomado após as eleições de Junho de 2003. Validação do DERP-I por parte do Governo prevista para breve
Plafond a novos financiamentos, procura obter mais donativos visto que a dívida é insustentável.	Terceira revisão do PRGF concluída em Maio de 2004. Crescimento em exportações não-café
Relatório do Conselho sobre elegibilidade PPME previsto para breve	Novo PRGF a negociar. 1º Relatório de progressos do DERP aprovado pelas IBWs.
Possível topping up necessário no PC	PRGF acordado em Junho de 2004 e 1ª revisão aprovada

ACTIVIDADES DO PFC PPME DE OU

Workshops Nacionais

Zâmbia. O PFC realizou um *Workshop* Nacional de Estratégia da Dívida e de Novos Financiamentos de 11-19 de Novembro de 2004 em Livingstone. O *workshop* foi organizado a pedido do Governo para assistir os funcionários na actualização da ASD nacional em preparação das negociações do ponto de culminação PPME da Zâmbia.

O resultado da análise da sustentabilidade da dívida indica que a Zâmbia precisa de alívio PPME máximo de todos os seus credores a fim de alcançar um rácio VAEBS inferior ao limiar de 150% (para mais pormenores, ver página 6). Os aspectos-chave para acompanhamento são:

- negociações de alívio máximo de todos os credores no ponto de culminação;
- adopção de políticas que visem a reestruturação do *portfolio* da dívida interna a fim de reduzir os pagamentos do serviço da dívida;
- solicitação de donativos de preferência a empréstimos e de concessionalidade máxima para novos empréstimos, de preferência em condições da AID.

Workshops Regionais

CEMLA: Formação de Formadores. O primeiro *Workshop* Latino-Americano de FF em Estratégia da Dívida e Novos Financiamentos realizou-se na Cidade do México de 11 a 21 de Outubro de 2004. (Ver artigo na página 5.)

Workshop Francófono de Análise da

Sustentabilidade da Dívida Interna.

Este *workshop* regional, organizado em conjunto pelo Pôle-Dette e pela DRI, realizou-se de 6-16 de Dezembro em Douala. Compareceram 61 participantes de 14 países, incluindo 8 Estados-Membros do Pôle-Dette: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão e Níger; e 6 países não-OR: Burundi, República Democrática do Congo, Djibouti (observador), Guiné, Mauritânia e Ruanda (observador). O *workshop* visava fornecer aos gestores francófonos da dívida interna PPME mecanismos para análise e concepção de estratégias da dívida interna. Consistiu em apresentações temáticas em sessões plenárias e tarefas conduzidas em grupos técnicos e em termos de estratégia multidisciplinar. Os dados económicos e financeiros dos Camarões foram usados como base para o trabalho do seminário. Os participantes apresentaram várias recomendações com vista a melhorar a metodologia da análise e estratégia da dívida interna. No que respeita ao fortalecimento de capacidades, todos os 14 países expressaram necessidades relativas: ao enquadramento institucional de gestão da dívida, a políticas de novos financiamentos internos, a mecanismos (riscos, modelos econométricos) inerentes à gestão da dívida interna e às políticas macroeconómicas.

Assessores da Dívida

Burundi. A missão a Bujumbura, de 4 a 8 de Outubro, visava (i) ministrar formação adicional no uso de Debt-Pro®, (ii) analisar o impacto do encontro mais recente do Clube de Paris, (iii) assistir os funcionários na concepção de um relatório analítico sobre a dívida para ser apresentado aos decisores e (iv) rever a implementação das recomendações apresentadas em missões anteriores. A missão identificou medidas para aumentar a propriedade da disseminação dos conhecimentos adquiridos através do PFC PPME, ultrapassando limitações organizacionais, revitalizando o Comité Técnico de Gestão da Dívida, implementando recomendações de missões anteriores e acelerando a aquisição de novo equipamento informático que irá permitir aos quadros usar e aperfeiçoar os seus conhecimentos de Debt-Pro®.

Gâmbia. Esta missão, conduzida de 6 a 11 de Dezembro, é a primeira missão institucional ao abrigo do recentemente aprovado Programa de Assistência Intensiva que está a ser implementado em conjunto pelo PFC e pelo Secretariado da Commonwealth e financiado pelo DFID. Os principais objectivos do projecto são (i) fortalecer a capacidade institucional de gestão da dívida na Gâmbia, incluindo a dívida interna, o enquadramento legal e (ii) desenvolver uma capacidade institucional e técnica de gestão da dívida no país. A missão assistiu o Governo na implementação dos seus planos de reestruturação da Direcção da Gestão de Empréstimos e da Dívida, no estabelecimento dos trabalhos para o Governo conceber e produzir um manual de procedimentos, e revitalizou o Grupo de Trabalho Técnico da Estratégia da Dívida.

Guiné. O Projecto de Assessoria de Gestão da Dívida à Guiné começou com duas missões: uma missão do ComSec/da DRI para continuar a ministrar formação em CS-DRMS (de 15 a 26 de Novembro) e uma missão institucional (de 29 de Novembro a 4 de Dezembro). Os quadros desenvolveram esforços consideráveis relativamente à actualização da base de dados até fins de 2003 e a missão conseguiu formá-los na verificação, validação e produção de relatórios de dados, assim como na validação de aproximadamente 85% da base de dados. Devido a problemas de energia, os módulos de 'reestruturação da dívida' e 'conversão em euros' de CS-DRMS terão de ser cobertos numa futura missão, tal como a descarga de dados de CS-DRMS para Debt-Pro® e a ajuda a actualizar a base de dados até fins de 2004.

A segunda missão visava rever a gestão da dívida institucional actual e avaliar os progressos na concepção do manual de procedimentos de gestão da dívida. Em comparação com 2002, data da última avaliação institucional do PFC, o quadro organizacional melhorou consideravelmente, existe um sistema melhor de registo da dívida e os quadros adquiriram conhecimentos suficientes dos

diversos conceitos básicos de gestão da dívida. Continua, porém, a ser vital reforçar a coordenação institucional e as capacidades de análise da dívida; estes são os objectivos de futuras missões.

Moçambique. A pedido das autoridades, a DRI está a fornecer um programa de assistência intensiva para fortalecer a capacidade de gestão da dívida, a financiar pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Este programa abordará as necessidades de capacitação de Moçambique nas áreas institucional, legal e técnica. A primeira missão visitou Maputo de 22 de Novembro a 3 de Dezembro e concentrou-se em assistir funcionários públicos na actualização da sua estratégia da dívida pós-PPME, através da incorporação das iniciativas mais recentes de alívio da dívida anunciadas pelo Reino Unido, assim como os seus recentes acordos com membros não-Clube de Paris. Os resultados da estratégia mostram que Moçambique precisa de implementar na íntegra o alívio da dívida PPME de todos os credores (incluindo anulações adicionais de credores do Clube de Paris) para alcançar níveis sustentáveis. Indicam que com a implementação total, os rácios de endividamento do país são sustentáveis de 2003 até 2017, mas sem uma implementação total, Moçambique só alcançará a sustentabilidade em 2007. Além disso, o país mantém-se altamente vulnerável a choques externos, assim como às condições e à composição de futuros novos financiamentos. A missão também reviu com as autoridades nacionais o teor global do programa de formação, assim como o calendário para as missões e os *workshops*.

Ruanda. Na sequência de discussões entre o Ministro das Finanças e a DRI durante os Encontros Anuais das IBWs, ficou acordado que se conferiria prioridade à actualização da análise da sustentabilidade da dívida do Ruanda antes da missão do FMI marcada para Novembro para discutir o ponto de culminação do país. A missão do PFC PPME, conduzida de 11 a 23 de Outubro, assistiu a equipa nacional de ASD. Os resultados do exercício mostram que o Ruanda tem um forte argumento a favor de um *topping up* da assistência da Iniciativa PPME Reforçada no ponto de culminação. Usando a metodologia estabelecida pelas Instituições de Bretton Woods, o Ruanda deverá beneficiar de um alívio adicional estimado em USD230.9 milhões numa base de valor actualizado, no início de 2005.

Missões/Assistência de Gestão Institucional

Comores. A missão a Moroni realizou-se de 25 de Outubro a 4 de Novembro de 2004. Visava (i) rever os progressos na implementação das recomendações institucionais e na concepção do manual de procedimentos de gestão da dívida, (ii) avaliar a actualização da base de dados da dívida informatizada criada em Agosto de 2003 e (iii) formar funcionários no uso de Debt-Pro® para simular uma estratégia de alívio da dívida.

TUBRO DE 2004 A MARÇO DE 2005

O registo da dívida informatizado adequado teve início em Agosto de 2003 com o estabelecimento de uma base de dados em Access. A missão recomendou formação adicional em Access para o Administrador da Base de Dados. O Departamento da Dívida precisa de aperfeiçoar a base de dados, especialmente procurando obter mais informações de empresas paraestatais, classificando e identificando empréstimos, cujas convenções não existem, e incluindo a dívida postal a França. A missão instalou Debt-Pro[®] e ministrou uma formação básica aos quadros. Também recomendou que o software fosse instalado no Banco Central e na Comissão do Planeamento.

A missão constatou que o Comité Técnico de Gestão da Dívida está a funcionar bem. Porém, a criação do Comité Nacional da Dívida Pública para tomada de decisões ainda está pendente. Um segundo rascunho do manual de procedimentos de gestão da dívida foi elaborado durante a missão e será ultimado e adoptado, uma vez que o Governo tiver concluído as reformas institucionais adicionais.

Na sua capacidade de membro da Zona do Franco, o Governo das Comores recebeu uma aprovação formal quer do BCEAO quer do BEAC do seu pedido para se tornar membro de pleno direito do Pôle-Dette.

Colocações

Da região do Pôle-Dette. Amadou Tchambou (do Ministério da Educação do Níger), Membro Individual do Pôle-Dette a estudar 'Estratégia de redução da pobreza e desenvolvimento humano sustentável', foi colocado na DRI de 1 a 8 de Novembro. A sua colocação centrou-se à volta de dois aspectos principais: (i) a revisão da metodologia para a análise da redução da pobreza do PFC PPME e (ii) um projecto de pesquisa do programa individual.

A revisão da metodologia (i) comparou os indicadores da educação usados durante *workshops* com os da Iniciativa Educação para Todos e/ou dos ODMs para definir um mínimo de indicadores relevantes, (ii) identificou os principais estrangulamentos relativos à execução dos orçamentos da educação e (iii) desenvolveu modelos de custo unitário para projecções das despesas.

O projecto de pesquisa do Sr. Tchambou intitulado 'Concebendo e implementando uma estratégia de despesas anti-pobreza: o caso da educação' visa clarificar a relação entre políticas de redução da pobreza e despesas na educação. Durante a sua colocação, o Sr. Tchambou ultimou um esboço e o programa de trabalho.

Encontro do Comité Directivo do PFC PPME

O 15º encontro do Comité Directivo do PFC PPME, acolhido pelo MEFMI, realizou-se em Livingstone (Zâmbia) de 22 a 24 de Novembro. Os resultados da Revisão do PFC foram apresentados aos

doadores, ORs e representantes PPME durante o encontro. (Ver páginas 2 e 3.)

Produtos de Informação

Ensino à Distância. Três novos estudantes individuais da região do MEFMI aderiram ao programa no mês de Dezembro. Estudantes de outras regiões estão a progredir bem e o *workshop* anual de ED deverá realizar-se em Junho de 2005.

Publicação. Cópias impressas da Publicação nº 9, 'Previsão e Modelação da Redução da Pobreza' encontrar-se-ão disponíveis em fins de Março de 2005.

Desenvolvimentos do website. O *website* actual revelou ser uma ferramenta útil para a divulgação de informações a funcionários PPME. Está em curso um trabalho para desenvolver um novo *website* conjunto do PFC PPME fora do domínio da DRI, a lançar em Maio de 2005. O novo sítio reestruturado (<http://www.hipc-cbp.org>) conterá materiais adicionais, incluindo mais informações sobre eventos do PFC, trabalho de advocacia e progressos dos países, assim como as versões mais recentes de metodologias e matérias de formação disponíveis aos gestores da dívida PPME numa secção do sítio só para membros.

Informações sobre o Grupo DFI e o programa de Capitais Privados Estrangeiros passarão para *websites* separados:

- Development Finance Group:
<http://www.development-finance.org>

- PFC CPE: <http://www.fpc-cbp.org>
Para aderir à nossa listserve e ser notificado antes do lançamento dos *websites*, queira contactar a DRI no endereço mail@dri.org.uk

Futuras Actividades

As seguintes actividades estão planeadas para o 1ºT2005:

- Colocação da região do Pôle-Dette na DRI;
- Assessores da dívida/Assistência intensiva: missões ao Burundi, à Gambia, à Guiné, a Moçambique e ao Ruanda;
- Missões de acompanhamento ao Burkina Faso;
- Missões de gestão institucional aos Camarões, às Comores, ao Gana, à Guiné-Bissau à Guiana, às Honduras e à Nicarágua;
- *Workshops* nacionais: missões preparatórias ao Quênia e à Serra Leoa; *Workshops* em Angola, no Chade, na Etiópia, na Nicarágua e no Ruanda;
- *Workshops* regionais: WAIFEM: Dívida Interna;
- Contactos: encontros com a OCDE sobre novos financiamentos;
- Produtos de informação: actualização da publicação sobre as necessidades de fortalecimento das capacidades dos países, progressos na concepção do novo *website*;
- 11º Encontro Ministerial PPME (com o Secretariado da Commonwealth e com o Gabinete da ONU para Financiamento do Desenvolvimento).



LANÇAMENTOS DO PFC CPE NA REGIÃO DO CEMLA

No quarto trimestre de 2004, o PFC CPE realizou um seminário regional do CEMLA. A Bolívia, o Gana, a Gâmbia, o Malawi, a Tanzânia e o Uganda operaram progressos nos seus projectos. Aperfeiçoaram-se materiais técnicos e produtos de informação.

EVENTOS REGIONAIS

O PFC CPE realizou um grande evento regional com o CEMLA no mês de Outubro. Contou com uma boa comparência e produziu um nível elevado de pedidos de mais apoio do PFC CPE na zona (ver caixa).

PROGRESSOS DOS PAÍSES

Entretanto os países continuaram a operar progressos com os seus próprios programas:

- **Bolívia:** na sequência de revisões à sua metodologia, formação de quadros técnicos e criação de consciencialização, a equipa lançará o seu próximo inquérito em Janeiro. A DFI e o CEMLA organizaram uma missão de acompanhamento para o primeiro trimestre de 2005.
- O Departamento da África Ocidental do DFID indicou que irá financiar a participação da **Gâmbia** na fase 2, estando o início do primeiro ciclo previsto para o primeiro trimestre de 2005.
- **O Gana** apresentou uma proposta revista para a fase 2 a um grupo amplo de doadores para uma decisão em Janeiro.
- O Plano Estratégico de Estatística do **Quénia** está a aguardar o processo de encerramento no Parlamento e a libertação de fundos dos doadores. As actividades do PFC terão início subsequentemente.
- **O Malawi** preparou-se para lançar o seu terceiro inquérito no primeiro trimestre, quando o Governo desembolsar fundos.
- **A Tanzânia** ultimou os seus rascunhos de relatórios analíticos para os segundos inquéritos para Zanzibar e o Continente. O evento de disseminação está previsto para o primeiro trimestre, e a equipa está a abordar doadores locais para fundos para o terceiro inquérito.
- **Trindade e Tobago** continuou a conduzir inquéritos trimestrais e colocou os seus metadados no *website* GDDS do FMI. A DFI e o CEMLA prestarão apoio com uma missão de formação avançada no primeiro trimestre.

- Uma missão da DFI/do MEFMI assistiu o **Uganda** na validação de dados, na redacção do seu relatório e na realização de um *workshop* de disseminação no mês de Dezembro. O Uganda incorporou dados do PFC CPE na BP, está a estabelecer uma série temporal para análise de políticas, e está a usar as constatações das percepções dos investidores para rever políticas de promoção. Está a mobilizar financiamento de doadores locais para lançar o terceiro inquérito no mês de Março.
- **A Zâmbia** está actualmente a circular uma proposta aos doadores e planeia lançar o seu segundo inquérito na primeira metade de 2005.

Outras Actividades

Entre outras actividades, o PFC CPE:

- Produziu novos **recursos técnicos** para cálculo da rendibilidade e actualização de dados.
- Incorporou comentários dos parceiros e colocou o **Manual do Grupo de Trabalho Nacional** no *website*.
- Produziu uma nova versão do **software** com novas funções complexas, testou um **Manual para os Utilizadores do Software** revisto durante uma formação para quadros da DFI.
- Actualizou as páginas do sítio público e colocou os recursos técnicos aperfeiçoados nas páginas da secção só para membros do **website**.

Futuro Programa de Trabalho

Durante Janeiro a Março, o PFC CPE irá:

- efectuar com os doadores e representantes dos países o acompanhamento dos próximos passos nas regiões do BCEAO/BEAC e do CEMLA e continuar a apoiar os preparativos técnicos do Quénia e da Zâmbia para projectos dos países;
- conduzir uma missão de avaliação de pedidos ao Paraguai;
- lançar terceiros ciclos no Malawi e no Uganda e primeiros ciclos no Gana e na Gâmbia;
- conduzir missões de acompanhamento à Bolívia e a Trindade e Tobago, e uma missão de encerramento à Tanzânia;
- ultimar uma publicação a sintetizar constatações dos países e rascunhos de publicações sobre a metodologia e aspectos institucionais de capacitação para análise do PFC CPE;
- continuar a aperfeiçoar materiais técnicos incluindo o Manual do Grupo de Trabalho Nacional;
- divulgar e testar a nova versão do Software com equipas dos países;
- criar um *website ad hoc* do PFC CPE, consistente com as mudanças para o PFC PPME.

SEMINÁRIO REGIONAL DO CEMLA

Este evento do CEMLA/da DFI produziu uma grande procura de apoio intensivo por parte do PFC CPE para a Região do CEMLA. Onze países hispanofalantes e três anglófonos compareceram, representando bancos centrais, agências de promoção do investimento e gabinetes de estatística. Os países trocaram experiências, ouviram sobre futuros desenvolvimentos em códigos e normas internacionais e descreveram as suas necessidades de capacitação prioritárias.

Os países chegaram à conclusão que:

- embora se registasse uma grande observância dos códigos e normas internacionais mais recentes, alguns precisavam de introduzir conceitos mais estimulantes da BP (tais como valor de mercado do capital). A maioria também precisava de alargar a metodologia para cobrir a sustentabilidade do PFC CPE, a percepção e motivação dos investidores e a responsabilidade social das empresas (RSE);
- a maioria tem enquadramentos legais e institucionais em vigor. A rotação de quadros constitui um problema comum na maioria dos países tal como a necessidade de melhorar o fluxo de informações entre as instituições. As respostas do sector privado aos inquéritos são problemáticas em muitos países, embora os países participantes no PFC CPE tenham superado isto através da sensibilização;
- a maior parte dos países quer reforçar todos os tipos de análise (incluindo dados sobre países de origem, sectores e regiões receptores, percepções dos investidores, sustentabilidade do capital, e RSE), através do fortalecimento da sua coordenação inter-institucional para tirar partido de diferentes áreas de conhecimentos e do acesso às melhores práticas do PFC CPE sobre novas técnicas;
- alguns países conduzem partes de uma estratégia de financiamento do desenvolvimento, mas precisam de apresentar um quadro mais holístico, tomando em conta todo o financiamento interno, estrangeiro, público e privado. Existe um forte compromisso político para fazer isto, mas os países à margem do PFC CPE não possuem auto-avaliações ou planos sistemáticos da capacidade.

Nove dos 14 países solicitaram apoio específico do seu país junto do PFC CPE, enquanto outros atribuiriam grande valor à continuação da troca de informações regionais sobre melhores práticas. O CEMLA e a DFI estão presentemente a definir a melhor forma de satisfazer o grande leque de necessidades identificadas e continuarão a manter discussões com os doadores no próximo trimestre.

O PFC CPE acaba de implementar a terceira avaliação conjunta da capacidade dos países (ACP).

Durante este período o Uganda tornou-se o primeiro país CPE a alcançar o Grupo A.

Os resultados das ACPs encontram-se resumidos na Tabela 1. As classificações variaram entre 1 (muito fraco) e 5 (normas internacionais). Tal como no PFC PPME, os grupos de avaliação são C (2.4 e inferior), B (2.5 a 3.4) e A (3.5 e superior). As médias foram calculadas a partir das classificações de sete países no 'início' – definido como a altura da primeira missão de avaliação de pedidos e em Maio de 2004, e de oito (incluindo a Bolívia) em Novembro de 2004.

Até Maio de 2004, os países já tinham operado progressos consideráveis no fortalecimento das suas capacidades, de um resultado médio de 1.85 a 2.89. Nos últimos 6 meses, vários países dedicaram o seu tempo à mobilização de financiamento para continuar no programa, não tendo operado progressos significativos (Gâmbia, Gana, Quênia e Zâmbia). Como resultado, reflectindo os progressos na Bolívia, no Malawi, na Tanzânia, em Trindade e Tobago e no Uganda, a média global aumentou em apenas 0.08 a 2.97. Contudo, estes países operaram de um modo geral progressos excelentes. O

Uganda avançou do Grupo B para o Grupo A, prevê-se que o Malawi alcance o Grupo A muito em breve, e prevê-se que a Bolívia melhore o seu resultado de Grupo B nos próximos meses, graças ao trabalho árduo das equipas dos países. Trindade e Tobago tem um resultado elevado de Grupo B e prevê-se que avance para o Grupo A durante o programa.

A maior parte dos progressos operou-se nas seguintes áreas:

- análise avançada: o Malawi e o Uganda aumentaram a sua capacidade analítica conforme demonstrado pelos seus relatórios mais fortes de países PFC CPE;
- observância dos códigos e normas internacionais: os cinco países avançaram para normas BPM5 e GDDS;
- concepção de uma estratégia para desenvolvimento do financiamento: graças a uma melhor integração dos resultados do PFC CPE no planeamento global de políticas económicas e de redução da pobreza.

Contrariamente, ocorreram menos progressos nos:

- recursos humanos: avanços noutras áreas foram contrabalançados pela rotação de quadros na Bolívia;
- métodos não-inquérito: apesar de terem sido exortados pela DFI e pelos ORs, os

países ainda vêem esta área como uma prioridade baixa, visto que os métodos não-inquérito são de uso limitado para dados e análise.

Como resultado destes progressos, a capacidade para conduzir inquéritos alcançou o Grupo A e a capacidade de 'registo e compilação', 'observância dos códigos e normas internacionais' e 'análise básica' encontra-se extremamente perto do Grupo A. À medida que mais países lançam um trabalho específico dos seus países ao abrigo do programa em 2005, prevê-se uma subida mais rápida dos resultados no próximo semestre.

Tabela 1: Avaliações da Capacidade dos Países CPE

Área de Avaliação	Classificação			Progressos
	Início	Maio 04	Nov 04	
I. Enquadramento Legal e Institucional	2.2	3.0	3.0	0.06
II. Recursos Humanos	2.2	3.2	3.2	0.00
III. Gestão, Supervisão e Ambiente de Trabalho	2.1	3.2	3.0	0.10
IV. Condução de inquéritos	1.8	3.4	3.5	0.10
V. Métodos de prestação de contas não-inquérito	1.5	2.2	2.2	0.00
VI. Registo e compilação	1.8	3.3	3.4	0.08
VII. Observância de códigos internacionais	2.0	3.3	3.4	0.14
VIII. Análise básica dos CPEs	1.6	3.2	3.3	0.10
IX. Análise avançada dos CPEs e da RSE	1.3	2.4	2.5	0.14
X. Concepção da estratégia para desenvolvimento do financiamento	2.0	2.4	2.5	0.14
XI. Prioridade Política e Liderança	1.6	2.4	2.5	0.08
XII. Transparência Pública, Avaliação e Controlo	2.2	2.8	2.9	0.02
Média Global	1.85	2.89	2.97	0.08

Fonte: Equipas de países PFC CPE, DFI e ORs

POR QUÊ ESTUDAR AS PERCEPÇÕES DOS INVESTIDORES?

No PFC CPE, os grupos de trabalho nacionais estudam não só dados sobre stocks e transacções da balança de pagamentos, mas também as percepções dos investidores privados nos seus países.

Pergunta-se frequentemente ao programa por que razão e de que forma se efectua isto: este artigo explica.

Um inquérito às percepções dos investidores tem muitas vantagens intrínsecas:

- Aumenta o desenvolvimento quer da política económica quer da política de promoção do investimento através de informações ao governo sobre os factores que afectam decisões de investimento e de que forma estes mudam com o tempo. Isto proporciona ao governo uma base muito melhor para análise da sustentabilidade do investimento e dos capitais privados estrangeiros.
- Como resultado, mobiliza um interesse mais directo pelos investidores (especialmente pelos seus chefes executivos) do que um inquérito sobre os dados da balança de pagamentos, tendo portanto, quando empreendido juntamente com o inquérito sobre a balança de pagamentos (que também evita enviar dois inquéritos aos investidores), elevado as taxas de resposta em cerca de 30%, fazendo por sua vez com que os resultados sejam mais fidedignos.
- O facto de o governo estar a conduzir o inquérito encoraja o sector privado a ver o governo como interessado nos seus assuntos, promovendo assim o diálogo, a confiança e a confiança entre o governo e o sector privado.

Em muitos países, o PFC CPE é o único inquérito regular às opiniões dos investidores. Alguns têm outros inquéritos, mas não existe o risco de sobreposição porque:

- O inquérito do PFC CPE cobre quer investidores residentes quer não-residentes a fim de garantir que as políticas do governo satisfaçam as necessidades de ambos os grupos, enquanto muitos dos outros inquéritos cobrem apenas não-residentes. Essas necessidades podem ser muito diferentes – por exemplo, os investidores estrangeiros tendem a ter maior acesso a financiamento estrangeiro, estando por isso menos interessados no financiamento nacional do que os investidores locais.
- O inquérito do PFC CPE cobre investidores existentes num país, inquirindo sobre os factores que motivaram a sua decisão inicial de investir, as suas percepções actuais dos mesmos factores e as suas futuras intenções de investimento. Por isso, fornece resultados que são mais fidedignos, porque assentam numa experiência real, e indica ao governo as medidas que este pode tomar para aumentar o investimento rapidamente – em vez de (como outros inquéritos fazem) se concentrar em

sociedades internacionais que não tenham a intenção de investir e que possam fiar-se em rumores para formar a sua opinião.

- O registo e a amostra dos investidores do inquérito do PFC CPE são ambos muito abrangentes – colhe-se uma amostra média de 450 investidores em cada país (variando entre 200 e 900), enquanto a maior parte dos outros inquéritos só cobre as maiores empresas ou uma pequena amostra de empresas (um máximo de 100).
- O inquérito do PFC CPE inquire sobre uma gama muito vasta de factores: 72 agrupados em 5 áreas (políticas económica e financeira; estabilidade política e governação; eficiência e custo dos serviços; trabalho; ambiente e saúde). Esse nível de pormenor apoia uma execução de políticas mais concentrada e esforços nacionais de advocacia – por exemplo, a desagregação de 12 tipos diferentes de infra-estruturas para ver onde os problemas residem.
- O inquérito do PFC CPE é conduzido através de entrevistas directas a executivos e decisores seniores e não através do correio. São efectuados até 4 acompanhamentos físicos para melhorar as respostas sobre os dados e a qualidade é validada através de verificações lógicas integradas no questionário e nos conhecimentos dos GTNs locais. Muito poucos outros inquéritos têm este nível de rigor técnico.
- O inquérito do PFC CPE incide sobretudo em aspectos macroeconómicos das políticas em vez de em regulamentos individuais, ao passo que muitos outros incidem nos aspectos microeconómicos das barreiras regulatórias e práticas ao estabelecimento de investimentos.
- O inquérito do PFC CPE inquire sobre aspectos das políticas do governo de forma neutra, fornecendo assim quer feedback positivo quer negativo sobre as políticas e encorajando quaisquer tendências positivas. Muitos outros inquéritos incidem apenas em problemas, dificuldades, constrangimentos e barreiras, exagerando deste modo as percepções negativas dos países. Alguns até têm o que parece ser uma atitude anti-governo ideologicamente motivada baseada nos pareceres dos seus autores ou dos mandatos das suas instituições para reformas das políticas, que poderiam predispor mais seriamente contra as políticas do governo e resultar em decisões de políticas muito incorrectas.
- A estrutura do questionário do PFC CPE permite aos países analisar as motivações de diferentes grupos de investidores, por país de origem, sector e região nacional. Isto apoia esforços no sentido de orientar a promoção do investimento internacional e promover a diversificação sectorial e o desenvolvimento regional.

- O inquérito do PFC CPE é conduzido por um grupo de trabalho das instituições do governo. Deste modo, encoraja a coordenação entre o Banco Central e a agência de estatística (que estão mais interessados na estatística económica) e a agência de promoção do investimento (que está mais interessada nas percepções dos investidores), e evita inquéritos múltiplos ao sector privado. Limitar o apoio estrangeiro a formação, fortalecimento institucional e verificação da qualidade, garante a criação de uma capacidade sustentável no seio do governo. A liderança dos inquéritos – e especialmente das recomendações de análise e de políticas – por parte de agências do governo aumenta a propriedade do governo e conseqüentemente o impacto dos resultados dos inquéritos nas políticas. Muitos outros inquéritos são conduzidos ou por consultores estrangeiros em nome de organismos doadores ou directamente do estrangeiro, recorrendo a instituições nacionais mais como fornecedores de pormenores para contactos com os investidores e caixas postais para respostas, sem criar uma capacidade, coordenação ou propriedade nacionais sustentáveis.
- Pelo facto de serem conduzidos e parcialmente financiados por instituições nacionais, os inquéritos do PFC CPE têm normalmente um custo muito mais baixo do que outros inquéritos nos países, podendo por isso ser empreendidos com maior frequência (de 1-2 em 1-2 anos), em vez de dependerem do financiamento dos doadores e por isso serem menos frequentes (muitas vezes uma vez por década).

Muitos países criaram fóruns para promover o diálogo entre o sector público e o privado, mas estes contêm frequentemente apenas alguns investidores, aumentando o risco de estes serem dominados pelos pareceres de associações económicas ou grupos de interesse especiais e não reflectirem uma amostra representativa dos pareceres dos investidores privados. Por conseguinte, os governos servem-se frequentemente dos resultados do PFC CPE nesses fóruns para promover um diálogo que represente 80-90% dos investidores.

No entanto, alguns outros inquéritos constituem um complemento útil aos inquéritos do PFC CPE – visto que as suas perguntas, os seus objectivos, as suas amostras, os utentes finais e os resultados de políticas visados são diferentes. Por exemplo:

- Um inquérito global multi-países que compare as percepções de sociedades transnacionais pode (especialmente se comparado com os resultados do inquérito do PFC CPE) ajudar a identificar as percepções erradas e os preconceitos negativos de investidores menos bem informados.

- Um inquérito sobre os factores que afastam o investimento da economia de exportação (tais como abertura económica, taxas de juro reais mais baixas, ambientes macroeconómicos desfavoráveis, incentivos fiscais para investir no estrangeiro, custos insuficientes de comunicação internacional, níveis elevados de concorrência em mercados do próprio país, o crescimento de investidores institucionais a longo prazo, aumento dos custos nos mercados financeiros do próprio país e défices nacionais positivos poupança-investimento) pode ser útil para completar a identificação por parte do inquérito do PFC CPE de factores que atraíam o investimento para a economia receptora, especialmente através da identificação do calendário e da magnitude dos fluxos de capitais globais para países em desenvolvimento; ou
- Um inquérito que incida no processo de arranque de uma empresa em pormenores micro pode ser muito útil para a identificação passo-a-passo de barreiras ao investimento.

É interessante comparar os resultados do PFC CPE com os de outros inquéritos e também com a literatura econométrica sobre factores que influenciam os fluxos de capitais. Conforme a Tabela 1 mostra, os resultados dos inquéritos globais diferem consideravelmente dos factores testados na literatura (em parte porque alguns dos factores que os inquéritos identificam não são susceptíveis à quantificação econométrica na literatura). Por exemplo, taxas de juro reais mais elevadas afiguram-se nos inquéritos como um factor negativo para o investimento porque implicam um custo mais elevado do financiamento local. Outros factores, tais como a classificação de créditos e os preços da dívida não são de modo nenhum significativos nas decisões de investimento, devido a pequenos mercados locais e de obrigações.

O inquérito do PFC CPE confirma estas constatações para os países PFC CPE. Contudo, quando comparado com os resultados para o mesmo grupo de países no inquérito do FEM, constata algumas diferenças: por exemplo, a desvalorização da moeda, o contrabando, doenças tais como o VIH/SIDA e a malária/o paludismo, e a seca, emergem como factores importantes dos inquéritos do PFC CPE, ao passo que aspectos laborais (para além da rotação de quadros como resultado de questões de saúde) não figuram de modo nenhum de forma proeminente (em contraste com o FEM). A desagregação dos aspectos de infra-estruturas nos inquéritos do PFC CPE também realça problemas com a electricidade e as telecomunicações, mas destaca resultados positivos para a provisão de serviços bancários e de Internet. Do mesmo modo, a desagregação da estabilidade macroeconómica revela que as preocupações se centram na inflação e na desvalorização, ao passo que a estabilidade do sector financeiro e do ambiente económico são factores positivos.

A Tabela 1 também mostra como o inquérito do FEM sublinha os factores negativos que impedem o investimento. Esta impressão negativa dos países torna-se mais pronunciada quando estes são 'classificados' em comparação com outros, e contrasta com a ênfase colocada no inquérito da CNUCED em factores positivos tais como o tamanho do mercado e a rentabilidade – emergindo ambos também dos inquéritos do PFC CPE como determinantes cruciais da razão por que os investidores investem em países do PFC CPE apesar dos factores negativos – e da razão por que tencionam aumentar os seus futuros investimentos.

A série final de perguntas feitas no inquérito do PFC CPE diz respeito às fontes de informação, a que os investidores recorrem ao tomarem as suas decisões. A sua constatação-chave é que as empresas que investem prestam pouca atenção a publicações internacionais, confiando em vez disso nos pareceres dos investidores existentes ou na sua própria análise das condições locais. Isto contrasta acentuadamente

Resultados Globais		Resultados dos Países do PFC CPE	
Literatura	GIPA da CNUCED	PFC CPE	EOS do FEM
Abertura económica (+)	Tamanho do mercado (+)	Custo/acesso a financiamento(-)	Financiamento (-)
Taxas de juro reais mais elevadas (+)	Rendibilidade (+)	Inflação (-)	Infra-estruturas (-)
Melhoria da estabilidade macro (+)	Política comercial (+)	Corrupção (-)	Inflação (-)
Incentivos fiscais ao investimento (+)	Corrupção (-)	Desvalorização (-)	Corrupção (-)
Classificações de crédito (+)	Perspectivas políticas/económicas (+)	Burocracia/regulamentação (-)	Taxas dos impostos (-)
Preços secundários da dívida (+)	Regime fiscal (+)	Contrabando (-)	Burocracia (-)
Ganhos de produtividade (+)	Regulamentação/leis (+)	Custo/acesso a electricidade (-)	Ética laboral (-)
Défice negativo poupança-investimento (+)	Incentivos ao investimento (+)	Doenças (-)	Regras fiscais (-)
	Recursos naturais (+)	Carga fiscal (-)	Mão-de-obra especializada (-)
	Acesso a trabalho (+)	Tamanho/expansão do mercado (+)	Criminalidade (-)
	Infra-estruturas (+)	Seca (-)	Regulamentação cambial (-)
	Custos económicos (+)	Custo de telecomunicações (-)	Instabilidade de políticas (-)
	Financiamento (+)	Criminalidade (-)	Leis laborais (-)
		Estabilidade do sector financeiro (+)	Instabilidade política (-)

Os principais programas internacionais que conduzem inquéritos às percepções são:

Banco Mundial:

Avaliações do Clima de Investimento

www.ifc.org/ifcext/economics.nsf/Content/IC-InvestmentClimateAssessments

Barreiras Administrativas a Inquéritos sobre o Investimento,

Indicadores de Fazer Negócios

<http://rru.worldbank.org/DoingBusiness/>

Inquéritos sobre o Ambiente Económico Mundial

<http://info.worldbank.org/governance/wbes/index1.html>

CNUCED: Avaliação Global das Perspectivas de Investimento (GIPA)

www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=3341&lang=1

Fórum Económico Mundial (FEM): Inquéritos às Opiniões dos Executivos (EOS)

www.weforum.org/site/homepublic.nsf/Content/Global+Competitiveness+Programme%5CGlobal+Competitiveness+Report.

ONUDI: Inquéritos sobre os Investidores Estrangeiros nos Países

www.unido.org/file-storage/download/?file_id=19589

com não-investidores que são de um modo geral informados por fontes internacionais. Dado que algumas das fontes internacionais mais amplamente lidas são muito negativas, não admira que os países de baixa renda, especialmente na África Subsariana, recebam uma parcela mais baixa dos fluxos de capitais globais do que seria de esperar, dados os seus recursos naturais e o tamanho dos seus mercados, custos de mão-de-obra baixos e taxas de rentabilidade elevadas. Compete aos Governos dos países PFC CPE e à comunidade internacional desenvolver mais esforços para comunicar as percepções positivas dos investidores existentes a outros potenciais investidores, para que os países PFC CPE possam aumentar o seu acesso aos capitais privados estrangeiros.

PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE ALÍVIO DA DÍVIDA

IMPLEMENTANDO A INICIATIVA DO REINO UNIDO PARA ALÍVIO DA DÍVIDA À AID E AO FAD PARA PAÍSES PÓS - INICIATIVA PPME

O Governo britânico propõe-se a pagar 10% dos pagamentos do serviço da dívida PPME à AID e ao FAD para a dívida pendente desembolsada a 1 de Janeiro de 2005. Este alívio do serviço da dívida será para pagamentos a vencer-se, após alívio PPME incluindo topping up, a 1 de Janeiro de 2005 (i.e. para a dívida pendente desembolsada a 1 de Janeiro de 2005) e será inicialmente fornecido por um período de dez anos até ao fim de 2014. A partir daí, será revisto e possivelmente renovado.

A lista de países elegíveis inclui países pós-PPME (Benim, Bolívia, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Guiana, Mali, Moçambique, Nicarágua, Níger, Senegal,

Tanzânia e Uganda) mais alguns países, a Arménia e o Vietname, com sistemas de gestão dos gastos públicos suficientemente sólidos para assegurar que o alívio adicional contribua para os progressos para atingir os ODMs.

Implicações para a implementação da ASD em Debt-Pro^o

Os empréstimos que incluam a dívida pendente desembolsada à AID e ao FAD, a 1 de Janeiro de 2005, terão de ser categorizados separadamente como dívida elegível para esta iniciativa. A percentagem da redução efectiva do serviço da dívida à AID e ao FAD para 2005-2014 terá de ser

calculada para os pressupostos de reorganização de Debt-Pro^o.

A Tabela 1 mostra como calcular a percentagem anual da redução do serviço da dívida para o FAD e a AID.

Participação de outros G7

A redução por parte do Reino Unido de 10% do serviço da dívida baseia-se aproximadamente na sua parcela nas últimas rondas de reconstituição da AID/do FAD, conforme se pode ver na Tabela 2.

Se outros países do G7 e os países nórdicos seguirem o exemplo do Reino Unido, então a coluna final pode ser usada como uma estimativa do alívio que cada um irá fornecer. As percentagens relevantes dos países credores participantes são agregadas e introduzidas nas fórmulas acima para obter a redução efectiva da percentagem para os pressupostos de reorganização de Debt-Pro^o.

Até à data, o Canadá, a Itália e a Noruega tiveram reacções positivas à proposta do Reino Unido e foi possível testar simulações com base no facto de estes países virem a participar com início em 2005. Um cenário mais optimista poderia pressupor que outros países da UE e outros países nórdicos irão aderir com início em 2006.

Possível Alívio Adicional do FMI

Também se tem travado uma discussão a nível internacional sobre o fornecimento de alívio adicional do serviço da dívida ao FMI, financiado através da reavaliação ou da venda dos valores em ouro do FMI. É possível que se chegue a um acordo neste sentido em 2005 e, se assim for, haverá então um alívio do serviço da dívida de 100% para os pagamentos ao FMI a vencer-se a partir de 2006-2014.

Tabela 1	Exemplo do FAD com uma redução de 80%	Exemplo da AID com uma redução de X%
Serviço da dívida pré-PPME	100	DTS
Alívio da dívida PPME a 80%	-80	-DTS*X%
Serviço da dívida pós-PPME	=20	= DTS*(100%-X%)
Alívio do Reino Unido a 10%	-2	-10%*DTS*(100%-X%)
Serviço da dívida pós-RU	=18	=90%DTS*(100%-X%)
% efectiva de alívio incluindo a Iniciativa do RU	(100%-18%)=82%	(100%-(90%*(100%-X%)))

Tabela 2

País	Parcela na 13ª reconstituição da AID	Parcela na 9ª reconstituição do FAD	Possível % de alívio adicional
Canadá	3.75	5.74	4.75
França	6.00	9.35	7.50
Alemanha	10.30	10.65	10.00
Itália	3.80	5.48	4.50
Japão	16.00	11.24	14.00
Reino Unido	10.14	7.01	10.00
Estados Unidos	20.12	15.07	17.50
Total G7	70.11	64.65	68.25
Dinamarca	1.58	3.83	2.75
Noruega	1.52	4.51	3.00
Suécia	2.62	5.10	3.75
Países Nórdicos	5.72	13.44	9.50

QUAIS SÃO OS LIMITES DE ALÍVIO INTERINO PPME DOS PRINCIPAIS CREDORES MULTILATERAIS?

O alívio interino PPME do Banco Mundial é de 50% ou mais dos pagamentos anuais do serviço da dívida (até um máximo de 100% em casos excepcionais) até um limite de 1/3 do VA total do alívio a fornecer pelo Banco. Porém, em casos especiais, por exemplo se houver atrasos significativos no alcance do ponto de culminação de um país porque a ultimização e/ou implementação do seu DERP estão a levar mais tempo do que previsto e o país se encontrar no trilho com o seu programa do Fundo, então o Banco poderá concertar um limite mais elevado até 50% do VA total do alívio da dívida. Contudo, se um país se encontrar fora do trilho com o seu programa do Fundo ou se houver

um conflito civil, uma guerra, etc., o Banco Mundial suspenderá o alívio interino. Até à data, apenas a Gâmbia alcançou o limite de 1/3 do alívio do Banco Mundial, não tendo este sido aumentado.

O FAD está a fornecer alívio interino a 80% dos pagamentos anuais do serviço da dívida até um limite de 40% do VA total do alívio. Uma série de países alcançou o limite de 40% e até à data o FAD não alargou o seu limite e por isso tem-se solicitado aos PPMEs que efectuem na íntegra o serviço dos seus empréstimos ao FAD até alcançarem o ponto de culminação. No entanto, o FAD está a rever a sua política actual com vista a alargar o limite do

alívio interino do FAD em alguns casos.

Quanto ao FMI, fornece até 100% de redução anual do serviço da dívida, não ultrapassando 60% do VA total do alívio (75% em casos excepcionais) ou 20% do VA total do alívio em qualquer ano (25% em casos excepcionais). Até à data não houve necessidade de reconsiderar estes limites. Na prática o FMI aprova o alívio interino numa base anual, desde que um país se encontre no trilho com o seu programa macroeconómico. Se se encontrar fora do trilho, então a *tranche* anual de alívio não é aprovada e espera-se que o país pague o serviço vencido.